

Pelos caminhos da paz

ESPERANÇAS de paz aumentaram no início deste mês de Setembro em países tão martirizados por prolongadas guerras civis na região austral de África, como Moçambique e Angola.

Em Maputo, o Governo e a Renamo chegaram a semana passada a acordo sobre novos mecanismos para a governação do País e também relativamente à actuação futura da Polícia, cuja imparcialidade foi reclamada pelo movimento oposicionista moçambicano.

Para trabalharem com os governadores provinciais, o Executivo aceitou que a Renamo nomeasse três assessores em cada província, os quais, sem gozarem do estatuto de membros do Governo, passarão, contudo, a fazer parte dos quadros do funcionalismo público. A medida insere-se no processo de integração das zonas controladas pela Renamo na administração geral do Estado, depois da Resistência ter flexibilizado a sua pretensão inicial de nomear cinco governadores provinciais.

Beneficiando de todos os direitos e regalias em vigor no aparelho de Estado, aos assessores da Renamo competirá propôr iniciativas, medidas ou submeter pareceres à consideração do governador da província.

Por seu turno, as actividades da Polícia irão ser supervisionadas por um contingente militar da ONU, para além de uma solicitação feita pelos subscritores do acordo de Maputo à comunidade internacional para apoiar a formação ou reciclagem da Polícia moçambicana, particularmente a de Intervenção. Essa supervisão vigorará até às eleições gerais multipartidárias, previstas para Outubro de 1994.

Não foi possível, porém, chegar a um entendimento na comunicação social. O Governo parece não querer abrir mão dos órgãos que controla, nos quais a Renamo pretendia obter espaço editorial e tempos de antena. Trata-se de uma questão adiada por falta de um consenso imediato, mas atendendo à democratização em curso no País o problema deverá ser ultrapassado, num futuro próximo, sem recurso a

soluções externas e de praticabilidade duvidosa.

Depois de não ter sido fácil pôr no papel o texto do acordo, em aberto ficou igualmente o processo fundamental de acantonamento e desmobilização das tropas de ambas as partes, cujo início está dependente dos frutos a colher na aplicação das decisões tomadas na I Cimeira de Maputo entre Joaquim Chissano e Afonso Dhlakama, reunidos durante quase duas semanas na capital moçambicana, algumas vezes a sós e outras com a participação dos governadores provinciais e representantes provinciais do movimento armado, membros do Governo e dirigentes da Renamo.

Com o importante passo dado a semana passada no sentido do entendimento entre o Governo e a Renamo, crê-se que uma nova era de paz se abre ao martirizado povo moçambicano.

Na contra-costa, em Angola, surgem novos sinais de disponibilidade para negociações entre os dois contendores — o Governo de Luanda e a Unita —, que se defrontam numa batalha tida actualmente com a mais violenta guerra civil do mundo. Só na capital do Bié há já dezoito mil mortos.

Segundo foi revelado a semana passada pela Presidência da República Portuguesa, o líder da Unita, Jonas Savimbi, telefonou a Mário Soares para lhe transmitir a disponibilidade para um cessar-fogo em Angola numa data a fixar pelas Nações Unidas. Idêntica comunicação foi feita ao secretário-geral da ONU, Butros Ghali.

A mesma disponibilidade foi logo a seguir afirmada pelo Governo de Luanda, cujo chefe da diplomacia, Venâncio de Moura, enviou uma carta ao Conselho de Segurança da ONU dando conta da sua total abertura ao reinício do diálogo com a Unita em local escolhido por consenso. A missiva do ministro angolano põe, porém, como condição, que o movimento de Jonas Savimbi dê provas inequívocas do seu interesse em negociar um cessar-fogo definitivo.

Com exemplos tão flagrantes de fome, miséria, destruição e desgraça aqui mesmo à volta, aos sul-africanos, em processo político de transição, caberá reflectirem nas experiências amargas já vividas pelos povos vizinhos a fim de evitarem situações sangrentas e dolorosas.

R. VARELA AFONSO